



Editorial

No momento em que celebramos quatro anos do lançamento do primeiro Informe SDA, sua 50ª edição apresenta uma nova aparência, dinâmica e moderna, de forma a permitir uma visualização e leitura adaptável para telas de dispositivos eletrônicos.

Guardando ligação com o formato anterior, como uma publicação consolidada na sua importante função de promover o intercâmbio de informações e dados entre as diferentes áreas da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), o novo Informe inova ao incluir colunas dedicadas a temas específicos, que objetivam ampliar o entendimento da estrutura da SDA, promover a interação das equipes em todos os lugares do país, bem como a robusta produção de trabalhos técnicos e a execução de ações que compõe a complexidade da atuação da Defesa Agropecuária.

Neste contexto, espera-se que a SDA se reconheça na vastidão de atividades desempenhadas, todas interdependentes e fundamentais para a manutenção e preservação desse patrimônio nacional, que é a produção agropecuária.

Graciane Gonçalves Magalhães de Castro

Diretora do Departamento de Serviços Técnicos

Veja nesta edição:

1

SDA promove sanidade agropecuária brasileira em agenda internacional

Secretário participou de encontros em Paris. P. 02

2

Lançamento da XX Campanha de Produto Orgânico

Ato marcou o lançamento da campanha "Produto Orgânico: Melhor para a Vida". P.14

3

Medidas emergenciais da SDA no Rio Grande do Sul

Veja a série de ações estabelecidas pela SDA para auxiliar na catástrofe climática do estado. P. 31

Demais matérias dos Departamentos da SDA você encontra no interior dessa edição.

As contribuições para o próximo Informe devem ser encaminhadas para o e-mail ccr.sda@agro.gov.br até o último dia do mês.

SDA promove sanidade agropecuária brasileira em agenda internacional



O secretário de Defesa Agropecuária, Carlos Goulart, entre os dias 23 e 31 de maio, esteve em missão internacional defendendo e divulgando o trabalho do país em temas sanitários e fitossanitários. As agendas foram realizadas no Japão, na França, na Holanda e na Bélgica, conectando o governo brasileiro com diversos representantes dos países participantes dos eventos, atuando para aprofundar e ampliar as relações comerciais do Brasil.


A viagem começou no extremo oriente, onde nos dias 23 e 24 de maio, Goulart e o diretor do Departamento de Saúde Animal, Marcelo Mota, participaram da reunião preparatória para o V Diálogo Japão Brasil em Alimentação e Agricultura, realizada em Tóquio. Também foram realizadas reuniões com autoridades do Ministério da Saúde,

Trabalho e Bem Estar do Japão - MHLW, e do Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca do Japão - MAFF.

Em seguida, entre os dias 26 e 31, a SDA se fez presente na 91ª Sessão Geral da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), realizada em Paris, França. Em especial, no dia 27, foi realizado evento em celebração aos 40 anos da erradicação da Peste Suína Africana no estado de São Paulo, reforçando a qualidade da Defesa Agropecuária brasileira.

Com o reforço da equipe da Coordenação-Geral de Sementes e Mudas do Departamento de Saúde Vegetal da SDA, a missão seguiu para Holanda, onde entre os dias 27 e 29, foi realizado o Congresso Mundial de Sementes promovido pela Federação Internacional de Sementes (ISF), no ano





de seu centenário, em Rotterdam. O evento incentiva a colaboração entre os setores público e privado dentro da comunidade global de sementes.

No dia 29 de maio, a comitiva da SDA participou de encontro com membros associados, CEOs de empresas de sementes, de reunião com o presidente da ISF, Marco van Leeuwen (CEO Rijk Zwaan), o novo presidente Arthur Santosh Attavar (presidente e diretor administrativo da Indo-American Hybrid Seeds), o secretário geral da ISF, Michael Keller e Diego Risso, diretor executivo da SAA; e de reunião estratégica com o Gerente de Assuntos Fitossanitários da ISF, Presidente e Vice-Presidente do Grupo de Coordenação Phyto, Jack Metzelaar (Grupo LVS) e Cheni Fillios (Ball Horticultural), e o Presidente e Vice-Presidente do Grupo de Especialistas em Abordagem de Sistemas Merel Langens (BASF) e Rick Winn (HM. Clause).

Por fim, no dia 30 de maio, em Bruxelas na Bélgica, foi realizada reunião de alinhamento com a vice-presidente da Associação Internacional de Produtores de Bioinsumos (IBMA), Alessandra Moccia.



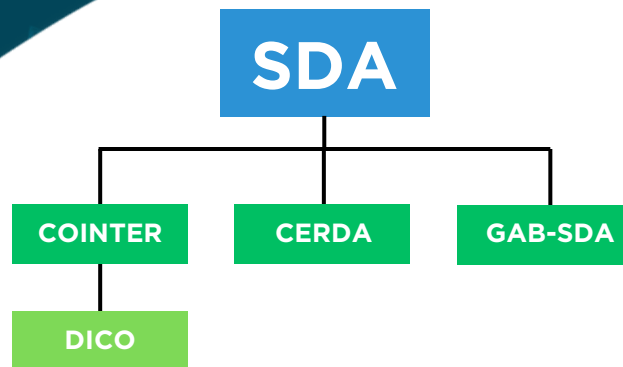
Rio de Janeiro

Enquanto isso, no dia 27, no Rio de Janeiro, o secretário-adjunto de Defesa Agropecuária, Allan Rogério de Alvarenga, representou a SDA na AgroChemEx, Feira de Tecnologia e Serviços para Insumos Agrícolas China - América Latina, e no dia 28 na 2ª Reunião do Grupo de Trabalho em Agrotóxicos Brasil-China, estabelecido no âmbito da Subcomissão de Agricultura da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), em Brasília. O GT tratou de temas propostos pelo Instituto de Controle de Agroquímicos do Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais (Icama) e pelo Mapa, com destaque para os assuntos regulatórios e de harmonização de registros.

A diretora do Departamento de Sanidade Vegetal, Edilene Cambraia, o coordenador-geral de Agrotóxicos e Afins, José Victor Costa, a coordenadora de Temas Internacionais, Virgínia Carpi, e a chefe da Divisão de Registro de Produtos Técnicos, Marina Veras, formaram a comitiva que se reuniu com a delegação chinesa e que foi composta pelo sr. Huang Xiuzhu, diretor geral do Instituto de Controle de Agroquímicos do Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais (ICAMA), e por outros representantes do ICAMA, da Associação Chinesa da Indústria de Proteção de Cultivos (CCPIA) e do setor privado chinês. Pelo lado brasileiro, participaram também representantes da Anvisa e do Ibama. ■



SOPA DE LETRINHAS



Bem-vindo à Sopa de Letrinhas da SDA!

Nessa coluna, vamos visitar todas as siglas que compõem a Secretaria de Defesa Agropecuária. Vamos passear pelas repartições e conhecer Departamentos, Coordenações, Divisões, Setores, Serviços e demais unidades que, juntas, fazem o complexo trabalho da SDA ser desenvolvido no cotidiano.

E como vamos começar? Pela estrutura direta de apoio ao Secretário.

SDA

A Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/Mapa) é responsável pela regulamentação, implementação e execução de diversos sistemas de controle que têm por objetivo gerar garantias de que a segurança sanitária e fitossanitária é adequada, conforme os riscos identificados tanto para os consumidores quanto para os setores produtivos. O impacto dessas ações reflete-se na saúde do consumidor brasileiro, viabilidade da produção agropecuária e garantias para cumprimento dos requisitos de mercados importadores.

GAB-SDA

O GAB-SDA é responsável por auxiliar o Secretário de Defesa Agropecuária bem como o Secretário Adjunto na execução de suas atribuições, incluindo a instrução e monitoramento de processos e a gestão das agendas de trabalho destes dirigentes, bem como as articulações e contatos de interesse da Secretaria.

COINTER

A COINTER é responsável pela interlocução entre esta Secretaria e suas áreas técnicas e a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI, nas tratativas de temas internacionais com interface em defesa agropecuária, atuando na condução dos temas relacionados a Acordos, apoio em atividades relacionadas aos questionamentos, auditorias e missões internacionais de temas sanitários, fitossanitários e de interesse agropecuário, entre outros.

DICO

A DICO realiza o trabalho de gestão dos questionários recebidos pela SDA, visando a abertura, ampliação e manutenção de mercados para exportação de produtos agropecuários brasileiros.

CERDA

A Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária que irá realizar o julgamento do processo administrativo em terceira e última instância referentes as infrações aplicadas pela Lei nº 14.515/2022, que dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária.



Novo regulamento da inspeção e fiscalização de produtos para alimentação animal

Foi publicado no dia 29 de maio, o Decreto nº 12.031, no qual o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro da Agricultura e Pecuária (Mapa), Carlos Fávaro, assinaram em 28 de maio, no Palácio do Planalto, o novo Regulamento da Inspeção e Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal. A publicação, que já vinha sendo aguardada pelo setor desde 2022, teve de ser adiada após a promulgação da Lei do Autocontrole (Lei 14.515/2022) e agora é apresentada ao público. A revisão foi voltada para a modernização da fiscalização, desburocratização e informatização. A alimentação animal é o primeiro segmento regulado pela defesa agropecuária a atualizar sua legislação sanitária para prover à compatibilização deste regulamento técnico à Lei do autocontrole. As novas regras visam a segurança e

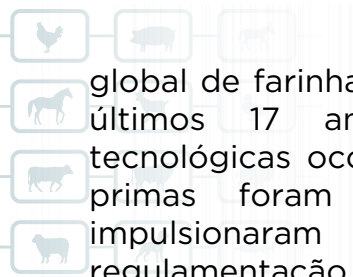
inocuidade de toda a cadeia alimentar, protegendo a saúde animal e humana, além de combater a fraude econômica. O regulamento, que disciplina a Lei 6.198, de 1974, alcança todos os tipos de produtos para alimentação animal - das matérias-primas e ingredientes até os produtos prontos para consumo de todas as espécies animais de produção e de companhia.

A Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal foi primeiro regulamentada no Brasil em 1976, sofreu uma atualização em 2007 e, embora relativamente recente, já carecia de alterações. O Brasil é uma potência na fabricação de produtos para alimentação animal: é a terceira maior produção global de produtos para alimentação animal, é o terceiro maior exportador mundial de alimentos para animais de companhia e segundo maior produtor

O novo regulamento, que conta com pouco mais de 150 artigos, traz alterações relevantes quanto à:

1. Isenção de registro de vários tipos de estabelecimentos;
2. Inspeção e fiscalização baseada em risco, priorizando as ações mais intensas conforme características do estabelecimento e de seus produtos;
3. Autocontrole a ser executado por parte das empresas, baseado em ferramentas como as Boas Práticas de Fabricação e a Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle;
4. Modernização do texto com relação às responsabilidades sobre a infração, medidas cautelares, penalidades e processo administrativo;
5. Redefinição de sanções passíveis de aplicação de penalidades e gradua as infrações em leve, moderada, grave e gravíssima, dando proporcionalidade nas aplicações das penalidades, conforme preceitua a Lei 14.515/2022;
6. Agregação dos procedimentos de análise laboratorial aos regramentos, incluindo a possibilidade análises com testes moleculares.





global de farinhas de origem animal. Nos últimos 17 anos muitas mudanças tecnológicas ocorreram, novas matérias-primas foram descobertas e estas impulsionaram a revisão da regulamentação.

A atualização do Regulamento da Inspeção e Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal, iniciou em 2019 e reuniu colaboradores do setor privado, da própria fiscalização e da academia. O processo foi conduzido aplicando-se as melhores práticas para regulamentação, focando, em especial na participação social. Regulamentação passou por duas etapas de participação social, a primeira em 2020 com uma consulta pública prévia, momento em que puderam ser identificados os pontos de alteração mais relevantes para todos os entes envolvidos e uma segunda quando a minuta passou por nova consulta pública e recebeu cerca de 2.000 propostas de mudanças, todas analisadas.

Com essas práticas, a Secretaria de Defesa Agropecuária busca promover um ambiente regulatório que equilibra a proteção do interesse público com a promoção da inovação, crescimento econômico e competitividade.

A revisão do regulamento contempla a ordenação didática de artigos, a adoção das terminologias completamente ajustadas aos autocontroles, a definição das atribuições do serviço oficial e do setor regulado, a adoção de novas tecnologias, o uso de sistemas informatizados tanto para registro de estabelecimentos e produtos quanto para fins de registro das atividades dos fiscalizados, a padronização de procedimentos técnicos e administrativos, o alinhamento com a regimentos internacionalmente aceitos e a interação com outros órgãos públicos de fiscalização.

Para mais informações, acesse a íntegra do decreto [clikando aqui](#). ■

Mapa lança Anuário da Cerveja 2024

No dia 8 de maio, o secretário de Defesa Agropecuária, Carlos Goulart, e o diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (Dipov/SDA/Mapa), Hugo Caruso, estiveram presentes no lançamento do Anuário da Cerveja 2024, intitulado "Confraria Sindicerv - O Futuro do Setor Cervejeiro". Como um marco histórico para a indústria nacional, pela primeira vez o Mapa divulgou oficialmente o volume de produção de cerveja no Brasil, com detalhes dos tipos de cerveja e insumos utilizados.

O diretor do Dipov reforça a importância desse dado para o setor. "A publicação do Anuário da Cerveja 2024 vai além dos números de produção. Ela complementa informações amplamente conhecidas so-

bre o número de cervejarias, rótulos, empregos, importação e exportação, consolidando-se como a mais completa publicação oficial sobre o setor cervejeiro no Brasil e uma das mais abrangentes no mundo. Esses dados são cruciais para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e para a promoção de um setor mais sustentável, justo e próspero", declarou.

O evento reuniu autoridades e especialistas para a apresentação de dados detalhados sobre o registro de estabelecimentos e produtos no setor cervejeiro, e contou com a parceria do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv), que representa a indústria cervejeira e suas cadeias produtivas.

Para mais informações, acesse o site do Mapa e confira a íntegra do Anuário da Cerveja 2024, [clikando aqui](#). ■



Brasil se torna livre de febre aftosa sem vacinação

Com o fim da última imunização contra febre aftosa para 12 unidades da Federação e parte do estado do Amazonas, o Brasil avança no Plano Estratégico do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PE-PNEFA) e se torna totalmente livre da doença sem vacinação.

O anúncio autodeclaratório da evolução da situação sanitária do país foi feito pelo ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, ao lado do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e o secretário de Defesa Agropecuária, Carlos Goulart, no anexo II do Palácio do Planalto, no dia 2 de maio. A ação, que é parte do processo para o reconhecimento internacional pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), representa o fim do ciclo de vacinação, iniciado há mais de 50 anos e o reconhecimento da qualidade da produção pecuária nacional e da qualidade do Serviço Veterinário Oficial. Ao todo, mais de 244 milhões de bovinos e bubalinos em cerca de 3,2 milhões de propriedades deixarão de ser vacinados contra a doença, trazendo uma redução de custo direta, com a aplicação da vacina, de mais de R\$ 500 milhões.

“Essa jornada histórica reflete a determinação e a capacidade do país em proteger sua pecuária e garantir a qualidade e segurança dos produtos de origem animal para o mercado nacional e internacional”, reforçou o secretário de Defesa Agropecuária, Carlos Goulart.

A última ocorrência da doença em território nacional foi em 2006, seguida da implementação de zonas livres, que deram sustentação ao desataque do país como líder mundial no comércio de proteína animal, em bases sustentáveis.

Ao erradicar a febre aftosa e se consolidar como país livre da doença

sem vacinação, o Brasil fortalece sua posição no mercado internacional, aumentando a confiança dos consumidores e dos parceiros comerciais na qualidade e na segurança dos produtos de origem animal brasileiros.



Reconhecimento Internacional

O reconhecimento internacional do status sanitário de livre de febre aftosa sem vacinação ao país é feito pela OMSA. Para isso, a Organização exige a suspensão da vacinação contra a febre aftosa e a proibição de ingresso de animais vacinados nos estados por, pelo menos, 12 meses.

O Brasil prevê apresentar o pleito ao reconhecimento para à Organização Mundial de Saúde Animal em agosto de 2024. Já o resultado, se aprovado, será apresentado em maio de 2025, durante assembleia geral da entidade.

“O reconhecimento como sem vacinação abre caminhos para que os produtos pecuários oriundos destes estados possam acessar os mercados mais exigentes do mundo”, ressaltou Goulart.

Atualmente, no Brasil, somente os estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia e partes do Amazonas e do Mato Grosso têm o reconhecimento internacional de zona livre de febre aftosa sem vacinação pela OMSA. ■



Certificado fitossanitário eletrônico é implementado pelo Mapa para facilitar as exportações brasileiras de produtos vegetais

Foi lançado no dia 8 de maio, com a participação do ministro do MAPA, Carlos Fávaro, o certificado fitossanitário eletrônico (ePhyto) para facilitar as exportações brasileiras de produtos de origem vegetal. O documento emitido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) vai agilizar e simplificar os trâmites burocráticos envolvidos no comércio internacional desses produtos. Além de modernizar o sistema brasileiro de certificação fitossanitária, a adoção do ePhyto contribui para a segurança e autenticidade dos certificados, promovendo maior confiança entre todos os envolvidos.

“Essa é uma iniciativa que demonstra o compromisso da defesa agropecuária com a excelência e a inovação, e busca fortalecer ainda mais a posição do Brasil no mercado internacional”, ressaltou o secretário de Defesa Agropecuária, Carlos Goulart.

Ainda, Goulart destacou o impacto da implementação da ferramenta nas exportações brasileiras. “Assim que a emissão do documento no Brasil for concluída, a autoridade fitossanitária do destino receberá as informações e já conseguirá analisar a documentação antes mesmo da mercadoria chegar para a inspeção”, disse.

Atualmente mais de 70 países estão realizando as trocas de certificado por meio da solução ePhyto, e o Brasil, como um dos maiores exportadores mundiais, passa a partir de hoje fazer parte dessa lista. O Certificado Fitossanitário é o documento oficial que atesta que os produtos vegetais têm qualidade e estão livres de pragas e doenças que poderiam ser prejudiciais para a agricultura e o meio ambiente dos países importadores.



ePhyto

O ePhyto, termo que corresponde à abreviação de “electronic phytosanitary certificate”, é uma ferramenta eletrônica comum nas relações comerciais entre os principais mercados do mundo. Desenvolvida pela Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIPV) a ferramenta busca facilitar o processo de certificação fitossanitária.

A certificação eletrônica transforma as informações impressas do Certificado Fitossanitário em dados, possibilitando a troca de informações padronizada, rápida e com um custo menor em comparação ao modelo convencional.

No Brasil, as informações para a emissão do certificado eletrônico são coletadas dos vários sistemas que integram o portal único do comércio exterior. ■



SDA institui Grupo de Trabalho para avançar na rastreabilidade de bovinos e bubalinos

A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) avança em medidas para controlar a rastreabilidade de bovinos e bubalinos. Por meio da Portaria nº 1.113, publicada no Diário Oficial da União (DOU), foi instituído Grupo de Trabalho para elaboração do plano estratégico para implementar política pública de rastreabilidade individual de bovinos e bubalinos. A rastreabilidade é um sistema que permite acompanhar o histórico, a localização ou a trajetória de um item por meio de identificações registradas.

O secretário de Defesa Agropecuária, Carlos Goulart, reforça a importância do tema. “É uma questão que está sendo cobrada do Brasil há muito tempo por parte dos países compradores. A qualificação da nossa rastreabilidade melhora nossa capacidade de controle nos programas de saúde animal, melhora

o enfrentamento de questões de surtos episódicos e o nosso perfil de compromisso com os requisitos de países importadores”, detalhou Goulart. O GT será formado por representantes dos setores público e privado e tem prazo de 60 dias para debater, colher subsídios e elaborar o plano estratégico para a implementação da política pública de rastreabilidade individual de bovinos e bubalinos.

Segundo Goulart, o debate sobre rastreabilidade é antigo, envolve muitas partes, e embora alguns consensos venham se formando ainda falta resolver questões fundamentais. Dentre elas, em que momento da vida do animal ele passará a ser rastreado; se o rastreamento será compulsório ou voluntário, para todos os criadores ou apenas para parte deles; como que será feita a rastreabilidade; e quais serão os mecanismos de rastreabilidade.

GRUPO DE TRABALHO

Os representantes do grupo serão indicados pelos titulares das entidades representadas e designados pelo secretário substituto de Defesa Agropecuária, Allan Rogério de Alvarenga, por meio da Portaria nº 1.095, publicada em 27 de maio. O Grupo será composto por representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária; do Departamento de Saúde Animal da SDA; do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária; da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; da Associação Brasileira das Empresas de Certificação por Auditoria e Rastreabilidade; da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes; de Frigoríficos; de Laticínios; de Reciclagem Animal; dos Exportadores de Gado; de Animais Vivos; do Centro das Indústrias de Couro do Brasil e da Mesa Brasileira de Pecuária Sustentável.

A participação no Grupo será considerada um serviço público relevante e não será remunerada. As reuniões serão presenciais e virtuais, em periodicidade definida por seus membros. Os trabalhos deverão ser finalizados em 60 dias, contados a partir do início da execução podendo ser prorrogado por igual período.

Confira a lista de participantes [clikando aqui](#). ■



Mês da Saúde Animal tem como enfoque ações do Serviço Veterinário Oficial e Saúde Única

Durante o mês de maio é realizada a Campanha Nacional do Mês da Saúde Animal com o intuito de promover e fomentar ações de conscientização, engajamento e prevenção de doenças voltadas para a produção animal brasileira. O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) declarou o mês de maio como o Mês da Saúde Animal em 2023 por meio da Portaria nº 583. A primeira campanha é realizada neste ano com a temática “Saúde Animal - É Saúde para Todos”.

Ao longo do mês foram realizadas ações entre o Mapa e organizações públicas e privadas em saúde animal com apresentações de informações relevantes para a sociedade e pecuaristas sobre produção animal segura, sustentável e para a segurança dos alimentos. A ação é promovida pelo Departamento de Saúde Animal (DSA) da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA). Para o secretário Carlos Goulart, trata-se de uma medida de grande importância para aproximar cada vez mais a população e o Serviço Veterinário Oficial (SVO), informando sobre o seu papel como promotor de rebanhos saudáveis, permitindo, desta forma, a geração de alimentos seguros e o acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo.

Neste ano, a campanha tem como foco o Papel dos SVOs na garantia da saúde animal e ações em saúde única, que considera a saúde humana, animal e vegetal como interdependentes e vinculadas à saúde dos ecossistemas em que existem.

A Campanha tem quatro estratégias principais: conscientizar e incentivar os pecuaristas na atualização anual de cadastros de seus rebanhos, pois contribui para a prevenção de doenças;



Promoção sobre o papel dos SVOs sobre boas práticas sanitárias na produção animal, conscientização para identificação e notificação a suspeitas de enfermidades; e o trabalho realizados pelos governos federal e estadual na garantia da saúde dos rebanhos.

Os SVOs trabalham na garantia da qualidade sanitária, monitoramento, controle e erradicação de doenças dos animais de produção, terrestres e aquáticos e, da ambiência dos campos brasileiros, criada pela parceria com os



produtores rurais.

Essa ambiência abre portas para o consumo interno seguro e, para as exportações de animais e produtos de origem animal. Regulamentam e controlam o trânsito nacional e internacional de animais e produtos de origem animal, sobre o uso

de prudente de antimicrobianos na medicina veterinária. Além de regulamentar, acompanhar e certificar a condição sanitária de propriedades e áreas livres de doenças animais, facilitando assim a abertura de mercados para exportação dos produtos pecuários nacionais.

PRODUÇÃO ANIMAL

Para o ano de 2024, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) revela que a expectativa é de aumento na produção de carne bovina, suína e frango com 30,88 milhões de toneladas neste ano. Destes, 21,12 milhões de toneladas serão destinados ao mercado interno e 9,85 milhões de toneladas devem ser exportadas.

De acordo com dados da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI) em 2023 o Brasil exportou oito milhões de toneladas de carnes somando mais de US\$ 23,51 bilhões.

Desde 2023 foram abertos novos mercados de carne bovina e suína para o México e República Dominicana, além de carne bovina enlatada para o Japão e carne bovina processada para Singapura. Aves na Argélia, Butão, Israel, El Salvador, Polinésia Francesa e Vanuatu. ■

Em ação no mês da Saúde Animal, SDA promove evento sobre Peste Suína Clássica (PSC)

Dando continuidade as ações do mês da Saúde Animal, a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) realizou, no dia 9 de maio, o evento Avanços do Plano Estratégico Brasil Livre de Peste Suína Clássica (PSC), com o objetivo de debater medidas para fortalecer a vigilância contra a doença e o desenvolvimento de um programa de vacinação regionalizado na Zona não Livre.

Promovido pelo Departamento de Saúde Animal da SDA, a iniciativa foi realizada em conjunto com a Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS), a Asso-

ciação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS), a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), a Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas (Adeal) e a Secretaria de Estado da Agricultura do estado de Alagoas (Seagri-AL).

O secretário da SDA, Carlos Goulart, destacou em seu discurso as ações que ocorreram no mês de maio o anúncio feito pelo ministro Carlos Fávaro, sobre o Brasil estar livre de febre aftosa. “Será





um grande avanço para a produção de suínos no Brasil e para o mercado externo”, pontuou.

Ainda, afirmou que o Mapa está empenhado no trabalho de identificação da doença, a fim de não ter qualquer

Peste Suína Clássica (PSC)

É uma doença de alto impacto econômico, caracterizada por sua capacidade de disseminação e gravidade, apresentando alto grau de contágio entre os suínos, sem tratamento e cura. Nos últimos seis anos, houve a confirmação de 87 focos em que a maioria desses focos ocorreu nos estados do Ceará, Piauí e Alagoas, mas foram resolvidos devido a atuação do Serviço Veterinário Oficial (SVO).

Atualmente, o Brasil está dividido em Zona Livre (ZL) de PSC, abrangendo 16 estados e a Zona não Livre (ZnL) de PSC, abrangendo 11 estados.

Em resposta aos focos da doença, o Mapa, em parceria com associações privadas estruturou o Plano Estratégico Brasil Livre de PSC, que inclui ações para fortalecer a vigilância contra a doença e o desenvolvimento de um programa de vacinação regionalizado na ZnL, com o objetivo de erradicação, reduzindo as perdas diretas e indiretas causadas e gerando benefícios pelo status sanitário de país livre da doença.

comprometimento na capacidade produtiva dos suínos.

Foram apresentados no evento assuntos sobre a geração de emprego na suinocultura em 2023, resultados da campanha de vacinação contra a PSC em Alagoas, os avanços do Plano Estratégico e debates sobre temas pertinentes ao assunto. No ano passado, foram movimentados cerca de R\$371,6 milhões na cadeia.

O evento contou com a participação do diretor do Departamento de Saúde Animal, Marcelo Mota; o conselheiro presidente da ABCS, Marcelo Lopes; o representante do IICA no Brasil, Christian Fischer; o diretor administrativo e financeiro da ABPA, José Perboyre; o presidente da Adeal, Marco Albuquerque; entre outros.

O estado de Alagoas foi escolhido para a implementação do plano piloto da campanha de vacinação, devido ao apoio dos parceiros locais, à sua extensão geográfica e ao rebanho de suínos. As 5 etapas da campanha de vacinação promoveram a mobilização de equipes de vacinação nos 112 municípios alagoanos, atingindo altas coberturas vacinais nas várias etapas. Ao total, alcançou mais de 640 mil imunizações contra a PSC (2021 a 2023), levando a vacinação de forma gratuita a mais de 5.500 propriedades rurais, vacinando em média 130 mil suínos por etapa da campanha de vacinação.

As etapas da campanha de vacinação, contaram com um investimento próximo a 7 milhões de reais, e essa ação é um resultado de uma importante parceria público privada que envolve diversas instituições que representam o setor suinícola, os quais uniram esforços junto ao Governo de Alagoas na defesa da saúde animal e no fortalecimento da suinocultura brasileira. ■



A SDA está aqui!



Olá, sou Lucas Karlinski!

Atuo principalmente em atividades de fiscalização relacionadas à qualidade vegetal e bebidas, além de estar envolvido em ações com foco em combater fraudes e clandestinidade nesses produtos. Além disso, presto auxílio na certificação de produtos para exportação, como é o caso do algodão brasileiro. Atuar na defesa agropecuária para mim significa contribuir para o setor agrícola brasileiro, preservando nossas lavouras e a qualidade dos produtos, fortalecendo nosso Produto Interno Bruto (PIB), melhorando indicadores econômicos e auxiliando o país na abertura de novos mercados, sem jamais perder de vista o impacto positivo na saúde pública.

Lucas Karlinski

Agente de Atividades Agropecuárias
Chefe substituto da Unidade Técnica Regional de
Passo Fundo/RS (UTRAPFU/RS)



Você também faz parte da SDA!

Se quer ver o seu trabalho representado nesta coluna, envie para o e-mail ccr.sda@agro.gov.br o seu nome, uma descrição das suas atividades, o local do seu posto de trabalho, uma foto e uma frase relatando a importância do seu trabalho para a Defesa Agropecuária.



Mapa lança a XX Campanha Anual de Promoção do Produto Orgânico: “Produto Orgânico: Melhor para a Vida”



A Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) realizou no dia 28 maio, as 14h, o evento de lançamento da XX Campanha Anual de Promoção do Produto Orgânico “Produto Orgânico: Melhor para a Vida”. A iniciativa teve o objetivo de celebrar as duas décadas de atuação e de conscientizar a sociedade sobre a importância dos produtos orgânicos no dia a dia.

A campanha tem se dedicado a informar os consumidores sobre as vantagens dos produtos orgânicos. Mais do que simplesmente a ausência de agrotóxicos, esses produtos são cultivados seguindo os princípios agroecológicos. Sob o mote “Produto Orgânico: Melhor para a Vida”, que se repete desde seu lançamento, a campanha destaca como essa escolha impacta positivamente a saúde do planeta, dos produtores e dos consumidores. O tema da campanha para o próximo ciclo de um ano é: “Produto Orgânico: Justo e Sustentável”.

O secretário substituto de Defesa Agro-

pecuária, Allan Alvarenga, esteve no evento, e reforçou sobre o motivo da comemoração, “são vinte anos de realização da campanha de promoção do produto orgânico e vinte anos da promulgação da Lei nº 10.831, publicada em dezembro de 2003. Durante essas duas décadas, a campanha foi idealizada e realizada pelas comissões de produção orgânica instituídas nas unidades da federação, que executam atividades para conscientizar a população e os consumidores sobre os princípios




Com a realização desse evento, pretendemos chamar a atenção dos consumidores para sua responsabilidade na escolha dos produtos que consomem. Essa atitude tem o potencial de promover a mudança do processo produtivo, dando maior relevância para os produtos orgânicos e toda a sua contribuição para a sustentabilidade. Então, a campanha traz esse tema, exatamente para mostrar todos os benefícios sociais, econômicos e climáticos que ele traz para sociedade brasileira como um todo”

Virgínia Lira

Coordenadora de Produção Orgânica do DTEC/SDA





agroecológicos que regem a produção orgânica. Esses princípios buscam viabilizar a produção de alimentos e outros produtos necessários ao homem de forma mais harmônica com a natureza, contribuindo para a saúde de todos e para a promoção da justiça social em todos os segmentos de sua rede de produção”, destacou.

Essa abordagem visa ressaltar não apenas a qualidade do produto que chega ao consumidor, mas também a garantia de que este processo é realizado de forma ética, sustentável em todas as etapas de produção, com relações justas de trabalho, promovendo o associativismo, a biodiversidade e o uso racional dos recursos naturais.

Estiveram presentes as seguintes autoridades no evento: o secretário adjunto de Defesa Agropecuária do Mapa, Allan Rogério de Alvarenga; a coordena-

dora de Produção Orgânica do Mapa, Virgínia Lira; a diretora de Inovação para Produção Familiar e Transição Agroecológica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Vivian Libório de Almeida; a secretária substituta da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da Secretaria-Geral da Presidência da República, Izadora Gama Brito; o secretário-executivo da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), Silvio Brasil; representando a coordenação da CNPOrg, Ramon Morato; o presidente da Câmara Temática de Agricultura Orgânica, Rogério Dias, a Diretora Executiva de Negócios da Embrapa, Ana Margarida Castro Euler, e a representante da Mesa Coordenadora da CNAPO, Elisete Maria da Silva.



Sobre o cadastro

Atualmente, o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos conta com 25.435 produtores, em todo o país. Embora os legumes e verduras sejam os produtos orgânicos mais comuns, o mercado oferece uma ampla variedade de opções, desde sucos e grãos até carnes e laticínios.

Embora o lançamento oficial ocorra durante a última semana de maio, a campanha continua ao longo do ano, estendendo-se para além desse período inicial. Durante esse tempo, uma série de atividades será realizada, incluindo seminários, dias de campo, feiras e congressos, com o objetivo de envolver os produtores, os consumidores e os representantes políticos. ■





A SDA é diariamente demandada pela sociedade e pela imprensa. Compete à Coordenação de Comunicação de Risco (CCR) mediar o contato dos jornalistas com os técnicos da Secretaria, zelando pela tempestividade, relevância, segurança e qualidade dessas respostas. No mês de maio, fomos seguidamente abordados sobre a Influenza Aviária Altamente Patogênica (IAAP).

Esses contatos foram motivados pela prorrogação da emergência sanitária e

pelo agravamento da situação dos Estados Unidos, onde cientistas detectaram a doença em vacas leiteiras e onde já ultrapassaram 90 milhões de aves comerciais sacrificadas.

Veja a seguir um resumo das informações enviadas pela CCR aos jornalistas, redigidas com o apoio fundamental dos técnicos do Departamento de Saúde Animal (DSA).



**Respostas à
Imprensa
(textual): 21**



**Entrevistas
concedidas
(audiovisual): 8**



**Assunto mais
demandado:
Influenza Aviária de
Alta Patogenicidade
(IAAP)**

O Mapa tem monitorado as suspeitas de influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP). Dos 163 focos no Brasil, três ocorreram em aves de subsistência e os demais em aves e mamíferos silvestres. Portanto, sem casos de IAAP na avicultura comercial brasileira e com intensidade de circulação do vírus bem menor do que nos EUA. Ainda assim, o Serviço Veterinário Oficial (SVO) está preparado para lidar com suspeitas em qualquer espécie de animais de produção. Caso ocorra, o Mapa seguirá as medidas de contingência com base nos planos de contingência de doenças para diferentes espécies animais, conforme as regras da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA).

O decreto de emergência sanitária para IAAP foi prorrogado (como noticiado nesse Informe, p. 18). Cabe ressaltar também que o Mapa trabalha com ações de detecção precoce e contenção dos focos. Diferentes ações de alerta e educação são oferecidas nos diferentes estados para esclarecimentos sobre como identificar suspeitas de IAAP e como notificar o SVO para pronto atendimento e contenção de focos. Além disso, o Mapa possui plano de vigilância que realiza a busca ativa do vírus em diferentes populações de aves em todo o território brasileiro.



Mapa destaca vocação brasileira na exportação de carne de frango



A carne de frango é uma das proteínas mais consumidas pelo Brasil à fora, e para destacar este setor, o Conselho Mundial da Avicultura criou o Dia Mundial do Frango, celebrado no dia 10 de maio.

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) trabalha no fomento e incentivo da produção e exportação de produtos provenientes da avicultura.

O Brasil é também o maior exportador de carne halal do mundo, em que incluem a avicultura. O frango halal é aquele que atende todos os requisitos religiosos do abate Halal e as especificações de cada país importador.

O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) apresenta que o abate em precei-

tos religiosos, na maioria da vezes, prescinde da insensibilização dos animais antes da sangria, que é um procedimento tecnológico estabelecido pelo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (Riispoa) e pela [Portaria nº 365/2021](#). A insensibilização dos animais visa resguardar o abate dos animais de forma humanitária.

Em abril, o Mapa publicou a [Portaria nº 676](#) que aprova os procedimentos para solicitação, avaliação, concessão e revogação da autorização excepcional para abate e processamento de produtos de origem animal de espécies de açougue, de acordo com preceitos religiosos. A norma determina que os estabelecimentos com registro junto ao Serviço de Inspeção Federal (SIF) poderão requerer a realização de abate e processamento de produtos de origem animal de espécies de açougue de acordo com preceitos religiosos, com permissão para dispensa de atendimento de regras previstas em atos normativos específicos. O Brasil vende carne de frango halal para mais de 30 países. Em 2023 foram exportados mais de 2.2 milhões de toneladas e mais de US\$3.9 bilhões. No último mês, foram habilitados novos quatro frigoríficos para a exportação para a Malásia.

De acordo com a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), o Brasil exporta carne de frango para 172 países, sendo o maior exportador e terceiro maior produtor.

De acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), em abril a venda de produtos in natura e processados de frango foi de aproximadamente 480 mil toneladas, sendo o segundo melhor resultado da série histórica do setor. ■



Prorrogado por mais 180 dias estado de emergência zoossanitária por gripe aviária

Foi publicada no dia 7 de maio a Portaria nº 680, que prorroga por mais 180 dias a vigência do estado de emergência zoossanitária, em todo território nacional, em função da detecção da infecção pelo vírus da influenza aviária H5N1 de alta patogenicidade (IAAP) em aves silvestres no Brasil.

A prorrogação acontece de forma preventiva com objetivo de manter as condições do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) em adotar medidas de erradicação do foco de forma rápida e a mobilização de verbas da União e a articulação com outros ministérios, organizações governamentais, - nas três instâncias: federal, estadual e municipal - e não governamentais.

A emergência zoossanitária foi decretada, pela primeira vez, em 22 de maio de 2023 e prorrogada, uma vez, em 7 de novembro do mesmo ano, como uma medida do Mapa para evitar que a doença, também conhecida como gripe aviária, chegue na produção de aves de subsistência e comercial, bem como para preservar a fauna e a saúde humana.

Até este momento, não há registro de



circulação do vírus na criação comercial, o que mantém o Brasil com status de país livre de influenza aviária perante a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), exportando seus produtos para consumo de forma segura.

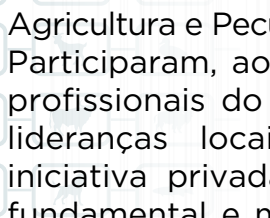
O primeiro caso de gripe aviária no Brasil foi registrado no dia 15 de maio de 2023, em aves silvestres. Perto de completar um ano da detecção, já foram identificados 164 focos, sendo apenas três em aves de subsistência nos estados do Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Para saber mais informações sobre a gripe aviária, [clique aqui](#). ■

Influenza Aviária e Monilíase: Caravana de Educação Sanitária capacita 2,7 mil pessoas entre 6 e 11 de maio

Como estratégia para o fortalecimento das ações de prevenção da influenza aviária e da monilíase do cacaueteiro, entre os dias 6 e 11 de maio, foi realizada a Caravana de Educação Sanitária em 12 municípios do estado do Espírito Santo. A iniciativa foi desenvolvida pela Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária do Espírito Santo, pelo Núcleo Regional Sudeste do Programa Nacional de Educação Sanitária da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da





Agricultura e Pecuária (Proesa/SDA/Mapa). Participaram, ao todo, 2.729 pessoas: 95 profissionais do setor agropecuário, 407 lideranças locais, 46 profissionais da iniciativa privada, 1117 alunos do ensino fundamental e médio, 615 estudantes do ensino superior, 127 produtores rurais, 12 tratadores de zoológico e 310 viajantes. O número de impactados pelas ações coordenadas tende ao crescimento. Isto porque além da capacitação e da transformação nos participantes, eles foram treinados para serem multiplicadores do conhecimento.

As caravanas de educação sanitária possuem 05 características principais: a priorização de aplicação de metodologias participativas de aprendizagem nas ações educativas, a comunicação de massa, a capacitação dos profissionais do setor agropecuário, a avaliação das ações educativas e a participação de várias instituições, desde o planejamento.

A chefe de Educação Sanitária do Departamento de Serviços Técnicos da SDA e responsável pela gestão nacional do Proesa, Juliana Moreira, destacou os desafios enfrentados no planejamento e logística da ação. “Essa foi a primeira caravana de educação sanitária realizada com dois temas diferentes e de relevância para o Brasil. Distribuímos 20 equipes para estarem, simultaneamente, em 12 diferentes municípios, do norte ao sul do Espírito Santo.

Dentre os 12 municípios, os temas foram divididos da seguinte maneira: as regiões de Colatina e Linhares, por liderarem a produção de cacau, receberam a Caravana com o tema Monilíase do cacauzeiro. E nos municípios Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Marechal Floriano, Anchieta, Piúma, Marataízes, Itapemirim, Presidente Kennedy, Vila Velha e Vitória, caracterizados por terem intensa avicultura comercial ou sítios migratórios de aves, foi realizada a Caravana com o tema influenza aviária.

O chefe da Divisão de Defesa



Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária (SFA) no Espírito Santo, Eduardo Farina de Freitas, destacou a importância da iniciativa. “Foi um sucesso absoluto. Atingiu diretamente quase 3 mil pessoas. Foi uma ação construída com várias mãos com a participação e envolvimento de muitas entidades. E o mais importante é que os profissionais envolvidos nesta ação puderam entender a Educação Sanitária como uma ferramenta de construção e colaboração para a implementação das políticas de Defesa Agropecuária, atividade extremamente importante para o país”, enfatizou Eduardo.

Além do Mapa, participam das ações o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), a Secretaria de Estado da Agricultura do Espírito Santo, o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf); o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes); o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-ES) e a Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea (Mútua).

Participe

Visite a Biblioteca Digital do Mapa para saber mais sobre Influenza Aviária e Monilíase do Cacauzeiro. Lá estão disponíveis gratuitamente os livros “Diálogos para a prevenção da monilíase” e “Diálogos para a prevenção da Influenza aviária”, que foram utilizados como base nas ações educativas. ■



Caravana da Monilíase em Juruti fortalece defesa contra fungo no Pará

De 20 a 24 de maio, a Caravana da Monilíase passou por Juruti, no oeste do Pará, sensibilizando cerca de mil pessoas sobre a importância do combate ao fungo que ataca o cacau e o cupuaçu. A iniciativa foi uma ação conjunta da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Prefeitura Municipal de Juruti, e uma rede de instituições parceiras como a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

As atividades de educação sanitária ocorreram em escolas públicas e comunidades rurais, reunindo estudantes, produtores rurais e servidores públicos para prevenir a entrada do fungo que representa uma ameaça para as cadeias produtivas de cacau e cupuaçu. As ações educacionais buscaram formar multiplicadores para disseminar informações sobre a praga e orientar os produtores na identificação dos sintomas da doença.

A coordenadora do Programa Nacional de Educação Sanitária (Proesa), do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Juliana Moreira, destacou a importância das caravanas para fortalecer a defesa agropecuária. “As caravanas têm esse objetivo de capacitar

os técnicos para aplicar essas metodologias ativas e com isso melhorar as ações de educação para que se tenha os melhores resultados e também é uma forma de mobilizar toda a comunidade para essa problemática da monilíase visto que o homem é o principal responsável pela disseminação da praga”.

Durante a caravana, foram capacitados, com uso de metodologias participativas, 39 técnicos educadores, 154 lideranças, 564 estudantes, 82 produtores e entrevistadas 100 pessoas, totalizando 939 participantes. A escolha de Juruti como local para a caravana se deve à sua posição geográfica, na divisa com o Amazonas, estado onde a praga está sob controle oficial.

O auditor fiscal federal agropecuário Milton Leite, do Ministério da Agricultura, destacou a importância de ampliar a rede de parceiros para os próximos eventos. “Os laços que a gente forma potencializam as nossas ações e são forças que podem se somar. Então, vamos unir as nossas forças para fazer um trabalho ainda melhor”, disse Leite.

No Pará, a próxima cidade a receber a caravana será Medicilândia, no sudoeste do Pará, onde os organizadores esperam continuar fortalecendo a defesa agropecuária e ampliando a rede de cooperação para combater a monilíase. ■



Missão europeia encerra em São Paulo avaliação da cadeia avícola no Brasil



Uma missão técnica da União Europeia percorreu os estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para verificar os controles sanitários oficiais brasileiros, principalmente em relação à influenza aviária. Os auditores internacionais tiraram dúvidas e puderam conhecer em detalhes as estruturas que fazem do Brasil um país que segue livre da doença em granja comerciais.

Durante a missão, no estado paulista, foi realizada visita a uma granja de ovos em Itirapina e em um incubatório exportador em Rio Claro. Constou ainda do cronograma, visita a empresa de Boituva, habilitada a exportar carne de aves à União Europeia. Os inspetores estiveram também no Laboratório Federal de Defesa Agropecuária (LFDA), em Campinas, e na regional da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), em Limeira. No dia 2, os auditores conheceram o Serviço de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), no Aeroporto de Viracopos. A reunião final foi realizada na manhã do dia 3, na Superintendência de Agricultura e Pecuária em São Paulo (SFA-SP).

A equipe europeia, constituída pelos auditores Milos Juras, Ana Victoria Pascual-Linaza e Alessio Bortolami, foi acompanhada pelas representantes do

Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária (DSA), Denise Russi Rodrigues e Taís Oltramari Barnasque, e pela representante da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários (CGAL), Ana Cristina Rocha. Acompanharam a reunião final de forma presencial os auditores federais agropecuários: Daniela de Queiroz Baptista; Fabio Paarmann; Esequiel Liuson; Silvia Camargos Quintela; e Cláudia Megumi Miyaki.

Na ocasião, foram esclarecidas dúvidas relacionadas tanto aos componentes do plano de vigilância para influenza aviária e doença de Newcastle, quanto ao papel dos laboratórios pertencentes à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários neste processo. De acordo com Fabio Paarmann, os auditores demonstraram bastante conhecimento sobre o controle sanitário e fizeram considerações técnicas pertinentes, que serão considerados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, em momento oportuno.

Dentre os diversos questionamentos apresentados, os auditores demonstraram especial interesse nos procedimentos de recebimento e triagem de amostras, resultados de ensaios de proficiência, protocolos atualmente utilizados e algoritmo de testes, garantia da qualidade dos ensaios e fluxo de emissão e comunicação de resultados.

Desde março, esta é a terceira missão internacional que verifica as condições de controle da gripe aviária no país. A primeira foi a missão do Japão, depois do Reino Unido. O Brasil não registrou, até o momento, nenhum caso da doença em granjas comerciais. ■



Publicado vazio sanitário e calendário de semeadura da soja para a safra 2024/2025

Para a definição das datas, o Mapa considerou as condições climáticas, bem como as sugestões encaminhadas pelos estados.

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) publicou, em 15 de maio, a [Portaria nº 1.111](#) que estabelece os períodos de vazio sanitário e de calendário de semeadura de soja em nível nacional, referentes à safra 2024/2025.

O vazio sanitário é o período contínuo, de no mínimo 90 dias, em que não pode plantar e nem manter plantas vivas de soja em qualquer fase de desenvolvimento na área determinada. Essa medida fitossanitária é uma das mais importantes para o controle da ferrugem asiática da soja, causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*. O objetivo é reduzir ao máximo o inóculo da doença, minimizando os impactos negativos durante a safra seguinte.

Já o calendário de semeadura é adotado como medida fitossanitária complementar ao período de vazio sanitário. Implementada no Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (PNCFS), a ação visa à racionalização do número de aplicações de fungicidas e a redução dos riscos de

desenvolvimento de resistência da ferrugem asiática da soja às moléculas químicas utilizadas no seu controle.

Para a definição das datas, o Mapa considerou as condições climáticas, bem como as sugestões encaminhadas pelos estados. “Para o estabelecimento dos períodos de vazio sanitário e do calendário de semeadura, utilizamos de dados técnicos, além de realizar reuniões com os órgãos estaduais defesa vegetal de forma individual e regional, analisando de forma conjunta, todas as propostas enviadas pelas unidades da federação”, explica a diretora do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas, Edilene Cambraia.

A Ferrugem Asiática é considerada uma das doenças mais severas que incidem na cultura da soja, podendo ocorrer em qualquer estágio fenológico. Nas diversas regiões geográficas onde a praga foi relatada em níveis epidêmicos, os danos variam de 10% a 90% da produção.

Confira os períodos de semeadura para a cultura da soja [clikando aqui](#). ■

Mapa atualiza normativa que institui o vazio sanitário para a cultura do feijoeiro comum

O Ministério da Agricultura e Pecuária publicou, no dia 8 de maio, a Portaria SDA/MAPA nº 1.107, que estabelece os períodos de vazio sanitário para a cultura do feijoeiro para parte dos estados de Goiás e Minas Gerais e em todo o Distrito Federal, como medida complementar no controle do mosaico dourado do feijoeiro, transmitido pelo inseto conhecido como Mosca Branca (*Bemisia tabaci*). Com o normativo, fica proibida a manutenção de

plantas vivas de feijão no campo, para as três regiões citadas, entre 20 de setembro a 20 de outubro de cada ano.

O mosaico dourado é a principal virose da cultura do feijão. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), nas regiões citadas, a incidência da doença pode chegar a 100% das áreas de plantio, com relatos de perdas da produção variando entre 40 e 100% da produção.



Ainda segundo a Embrapa, o monitoramento da população do inseto vetor e o manejo da época de plantio são medidas recomendadas para evitar coincidência do início do ciclo da cultura com altas populações de *B. tabaci*.

Além disso, outras medidas como plantios distantes de outras espécies hospedeiras da mosca-branca e do vírus e a eliminação de espécies hospedeiras do vírus e da mosca-branca remanescentes nas proximidades da área de plantio, também podem ser adotadas.

A medida abrange todo o Distrito Federal, os municípios de Buritis, Cabeceira Grande, Formoso, Guarda-Mor, Paracatu e Unaí, em Minas Gerais e, em Goiás, os municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Ananguera, Barro Alto, Bela Vista de Goiás, Buritinópolis, Cabeceiras, Caldas Novas, Caldasinha, Campinaçu, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Colinas do Sul, Corumbá de Goiás, Corumbaíba, Cristalina, Cumari, Damianópolis, Davinópolis Flores de Goiás, Formosa, Gameleira de Goiás, Goi-



andira, Iaciara, Ipameri, Leopoldo de Bulhões, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Nova Aurora, Nova Roma, Orizona, Ouvidor, Padre Bernardo, Pires do Rio, Planaltina, Santa Rita do Novo Destino, Santo Antônio do Descoberto, São João d' Aliança, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Sítio d' Abadia, Teresina de Goiás, Três Ranchos, Uruaçu, Urutaí Valparaíso, Vianópolis, Vila Boa e Vila Propício.

Para mais informações acesse a íntegra da Portaria, [clikando aqui](#). ■

Mapa institui Programa Nacional de Prevenção e Controle da praga *Amaranthus palmeri* quarentenária presente

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), publicou, no Diário Oficial da União (Dou) desta terça-feira (22), a [Portaria 1.119](#), que institui o Programa Nacional de Prevenção e Controle de praga quarentenária presente *Amaranthus palmeri*.

A praga conhecida como Caruru palmeri ou Caruru-gigante é uma das plantas daninhas mais difíceis de serem controladas, devido às suas características biológicas e ao atual quadro de resistência a herbicidas de

diferentes mecanismos de ação, além de possuir alta capacidade de adaptação em diferentes ambientes. Atualmente, a praga encontra-se presente oficialmente em duas Unidades da Federação, mais especificamente em 8 municípios Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O Programa consiste na realização de levantamentos fitossanitários anuais de detecção em áreas sem ocorrência da praga e de levantamentos de delimitação quando da detecção de um foco. Para mais informações acesse a íntegra da



Portaria, [clique aqui](#).

A norma publicada estabelece critérios para o trânsito interestadual de máquinas e implementos utilizados em propriedades com ocorrência da praga, assim como limita a saída de material de *A. palmeri* destas áreas. A portaria também em talhão de cultivo devem ser eliminadas antes do florescimento, proíbe a presença de sementes de *A. palmeri* em lotes de sementes de qualquer espécie, além de determinar critérios para a autorização de pesquisa científica ou estudos de eficácia agrônômica. ■



SDA participa da 4ª edição do Curso de Coordenação e Planejamento Interagências



Entre os dias 13 e 29 de maio, os auditores fiscais federais agropecuários (AFFAs) da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério de Agricultura e Pecuária (SDA/Mapa), Helda Cebalho Silva, Henrique Bley e Marcos Eielson de Sá, participaram da 4ª edição do Curso de Coordenação e Planejamento Interagências (CCOPI), realizado na Escola Superior de Defesa. O objetivo do curso foi aprimorar as habilidades dos membros dos órgãos e agências envolvidas do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PIF), capacitando-os para integrar equipes de planejamento que envolve os órgãos governamentais e não-governamentais, nos níveis operacional e tático. ■



A participação dos auditores foi de extrema importância, durante o curso eles tiveram a oportunidade de estabelecer contatos e compartilhar experiências com representantes de diversas instituições, promovendo a cooperação e a troca de conhecimentos entre os diferentes setores envolvidos. Com as habilidades adquiridas uma abordagem integrada e coordenada na gestão das fronteiras está garantida, contribuindo para a segurança e o desenvolvimento sustentável do país”

Henrique Bley

Diretor substituto do DSV



LFDA/MG é acreditado na norma ABNT NBR ISO/IEC 17043

O Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de Minas Gérias (LFDA/MG) conquistou mais um importante passo no processo de consolidação como Provedor de Ensaio de Proficiência (PEP). A CGCRE/INMETRO concedeu ao LFDA/MG a acreditação na norma ISO/IEC 17043 - Avaliação da conformidade: requisitos gerais para ensaios de proficiência, número da acreditação PEP 0028.

O escopo da acreditação abrange o Programa de Ensaio de Proficiência em Qualidade do Leite, envolvendo ensaios biológicos (como a contagem de células somáticas e bacterianas) e químicos (incluindo a análise de gordura, proteína total, lactose anidra e sólidos totais).

Patrícia Ferreira, servidora do laboratório e chefe do Núcleo de Programas Interlaboratoriais e Materiais de Referência - (PRIMAR), expressa que essa conquista é resultado de anos de dedicação das equipes do Laboratório de Referência a Rede Brasileira de Qualidade do Leite (RBQL), do PRIMAR e Setor de Gestão da Qualidade (SGQ): “representa um importante marco para a Rede LFDA que demonstra nosso



compromisso com a excelência. Essa conquista nos motiva a buscar a ampliação do escopo de acreditação”. Erick Sores Lins, Coordenador de Desenvolvimento e Inovação Laboratorial (CDI/CGAL), destaca que a acreditação é um marco importante para a Rede LFDA. “Além de sua importância para as atividades da RBQL, a demonstração formal de confiabilidade metrológica é mais um passo na grande jornada de fortalecimento do PRIMAR, contribuindo para o alcance da Visão estratégica de tornar a Rede LFDA referência em ações laboratoriais”.

Saiba o que são Ensaio de Proficiência:

Os Ensaio de Proficiência são avaliações que determinam a competência de laboratórios em realizar medições e análises específicas, garantindo a qualidade e a precisão dos resultados. Segundo o Inmetro, a International Laboratory Accreditation Cooperation (ILAC-P9:11/2010) considera esses ensaios essenciais para harmonizar acordos multilaterais e bilaterais. Um bom desempenho nesses testes é crucial para a acreditação de laboratórios pela Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre). A acreditação é voluntária e concedida conforme o endereço e a natureza dos serviços oferecidos. ■



Missão CARICOM avalia protocolos de exportação de proteína animal no Brasil



No dia 09 de maio a Rede LFDA recebeu uma equipe de auditores das autoridades sanitárias da *Caribbean Agriculture Health and Food Safety Agency* (CAHFSA) do CARICOM, comunidade caribenha que congrega 15 estados membros e 5 membros associados, para uma auditoria de avaliação de risco. O objetivo da missão foi viabilizar a exportação de proteína animal, carne bovina, suína e de aves, para países da referida comunidade.

Durante a visita ao LFDA/GO, houve uma apresentação sobre a Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária, destacando as áreas de atuação em Diagnóstico Animal, Microbiologia de Alimentos e Resíduos e Contaminantes em Alimentos. Os auditores também visitaram as instalações das unidades laboratoriais de Biologia Molecular, Resíduos e Contaminantes e Microbiologia, bem como a Recepção de Amostras. Não foram registrados apontamentos ou não conformidades por parte da equipe auditora do CARICOM.

A missão esteve em solo brasileiro de 06 e 10 de maio, e contou com nove

representantes da Comunidade CARICOM, três para cada área específica: bovinos, suínos e aves. No roteiro das visitas, os auditores estiveram em fazendas e em SIFs (Serviço de Inspeção Federal) de cada área nos estados de Goiás (bovinos) e Santa Catarina (suínos e aves). As autoridades sanitárias, elogiaram o controle e a estrutura laboratorial visitada, assim como do Serviço de Inspeção Federal e o controle sanitário aplicado às cadeias bovinocultura, suinocultura e avicultura. Na reunião de abertura da missão, estiveram presentes o secretário de defesa agropecuário, Carlos Goulart, os diretores do DSA (Marcelo Motta) e DIPOA (Juliana Satie), além de coordenadores-gerais, chefes de divisão e auditores dos departamentos DIPOA, DSA e DTEC. Todos participaram com o intuito de apresentar a estrutura do sistema de inspeção e certificação sanitária de produtos de origem animal (POA), da vigilância de doenças animais e da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, além de esclarecer dúvidas e questionamentos dos auditores caribenhos. ■



Servidor representa a SDA em reunião da FAO



Entre os dias 4 e 17 de maio, o Auditor Fiscal Federal Agropecuário (AFFA), André Felipe Carrapatoso Peralta da Silva, esteve em Roma representando a Secretaria de Defesa Agropecuária e o Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas (SDA/ DSV) na Reunião do Comitê de Normas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Na reunião foram aprovados cinco projetos de Normas Internacionais para Medidas Fitossanitárias, um projeto de especificação para consulta e quatro tratamentos fitossanitários para consulta por partes contratantes e organizações regionais de proteção fitossanitária.

A Reunião da FAO, foi coordenada pelo Comitê de Padrões (SC) e o Grupo de Trabalho do Comitê de Padrões (SC -7) da Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária (CIPV). Como produto das reuniões saem propostas de normas internacionais sobre medidas fitossanitárias (ISPMs) que serão aplicadas pelos países, quando importam e exportam vegetais, suas partes e outros artigos que possam veicular pragas que afetam os vegetais.

Os projetos aprovados foram: a Revisão

da Norma Internacional de Medidas Fitossanitárias (NIMF) de estabelecimento e manutenção de áreas livres de pragas para moscas-das-frutas; Projeto de anexo da Norma Internacional com Diretrizes para inspeção de campo; Projeto de anexo sobre o Movimento Internacional de Sementes; Projeto de especificação sobre a revisão do projeto de ISPMs reorganizadas de análise de risco de pragas; Projeto de anexo Movimento Internacional de frutas frescas de *Mangifera indica* e por fim o Projeto de Movimento Internacional e Embalagem e Madeira, com utilização e abordagens sistêmicas na gestão dos risco de pragas associados ao movimento de embalagem de madeira.

O AFFA, André Felipe foi o presidente desta reunião e comandou o SC-7. Na ocasião ele ressaltou sobre um dos projetos aprovados, “o comércio de manga e a movimentação de madeira são temas muito importantes no comércio internacional e esses projetos de normas eram muito esperados. O SC-7 fez um excelente trabalho na revisão e resposta aos comentários dos países”.

Para mais informações acesse o site da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, ou [clique aqui](#). ■



Mapa apreende carga paraguaia de amendoim orgânico com aflatoxina

A unidade regional do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) em Marília, no interior de São Paulo, acompanhou a devolução para a origem de uma carga de amendoim orgânico importado do Paraguai. O caso ocorreu no início de maio, mas foi divulgado somente no dia 24. De acordo com auditores fiscais que acompanharam a apreensão, a carga tinha índice de aflatoxina superior ao limite máximo permitido pela legislação brasileira para consumo humano.

A aflatoxina é um tipo de micotoxina produzida por fungos do gênero *Aspergillus*, que pode estar presente no amendoim, outros grãos oleaginosos e nozes. Se consumida por seres humanos e animais pode causar efeitos cancerígenos.

De acordo com o auditor Eduardo Gusmão, chefe da regional do Mapa em Marília, uma empresa da região vem importando amendoim orgânico do Paraguai desde 2017. Ela processa o produto para obtenção de pasta orgânica e outros derivados do amendoim, tendo como principais destinos os Estados Unidos, Canadá e países da União Europeia. A demanda brasileira pelos derivados é muito baixa, restrita a pequenos nichos de mercado.

O amendoim orgânico entra no Brasil pelo sistema de Vigilância Agropecuária (Vigiagro) de Guaíra ou Foz do Iguaçu, no Paraná. Nesses locais são retiradas amostras para classificação do produto e análise de aflatoxina. “As cargas de amendoim, após amostragem, são liberadas para transporte até o destino, com medida cautelar de apreensão de mercadoria”, disse Gusmão. Na prática, isso significa que a empresa importadora precisa aguardar os resultados da classificação para poder utilizar o produto para processamento.



Caso o resultado aponte índice de aflatoxina superior ao limite máximo permitido, a carga é considerada desclassificada e o detentor da mercadoria tem a opção de destinar o produto para alguma finalidade que não implique em consumo humano, ou devolvê-lo para a origem.

O Brasil não tem propriedades certificadas para produção de amendoim orgânico, por isso a necessidade de importação deste tipo de produto. O Paraguai é o principal exportador de amendoim orgânico para o Brasil.

Desde 2017 já foram devolvidas para a origem 390 toneladas de amendoim orgânico. Essas devoluções foram acompanhadas por auditores fiscais do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal do Mapa em São Paulo (Sipov-SP). Os servidores do ministério fazem a conferência da identificação do lote, carregamento, inserção de lacres nos veículos de transporte e emissão de documentos fiscais a serem apresentados nas unidades do Vigiagro, nas fronteiras com o Paraguai.

Todo esse sistema de controle tem a finalidade de assegurar alimentos seguros para a população brasileira. ■



Carteira Nacional de Classificador passa a ser emitida eletronicamente

O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (DIPOV/SDA/Mapa), desde 2019 tem automatizado seus serviços no Portal GOV.BR. A iniciativa tem promovido a modernização e digitalização de todos os serviços prestados pelo Departamento aos cidadãos. Neste mês, passa a ser disponibilizada mais uma automação: a emissão de Carteira Nacional de Classificador.

Hugo Caruso, diretor do Dipov, falou sobre os benefícios gerados pela automação. “Foram elaborados dois novos serviços junto ao LECOM totalmente automatizados que são: o de Homologação de Cursos de Formação de Classificadores e o de Emissão da Renovação das Habilitações de Classificadores que retornam ao cidadão o Certificado de Participação nos cursos e a Carteira Nacional de Classificador válida, ambos autenticados por QRCode e que permitem a verificação de autenticidade”, destacou.

A Carteira Nacional de Classificador é um documento emitido pelo Mapa, para pessoas físicas que tenham participado e sido aprovadas em curso de classificação de produtos de origem vegetal devidamente homologado pelo Ministério.

A Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal atualmente oferece três serviços no portal: Emissão de Certificado do Programa de Qualidade do Algodão Brasileiro, Obtenção de Certificado Sanitário de Exportação e a grande novidade, a emissão de Carteira Nacional de Classificador.

Para mais informações acesse o site do Mapa, ou [clique aqui](#).


Automação no DIPOV

A automação começou com a Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas, que atualmente oferece nove serviços no portal. Desde a obtenção de autorização para importação sem fins comerciais até a solicitação de certificação de importação de bebidas, fermentados acéticos, vinhos e derivados da uva e do vinho. Um marco importante foi a redução do prazo para atendimento ao cidadão de 90 para 5 dias, no caso da certificação de importação, em apenas seis meses de utilização de um dos serviços.

Transparência, Accountability e Governança

Importantes princípios de governança pública, tem sido promovido com essa ação: sendo a transparência, accountability e governança, fundamentais para a gestão eficiente e responsável dos serviços públicos. A Transparência é assegurada através da disponibilização de informações claras e acessíveis sobre os serviços oferecidos, prazos, processos e dados integrados. Os usuários podem acompanhar em tempo real cada etapa dos processos, prazos e envolvidos, o que facilita a compreensão e confiança no sistema. Accountability refere-se à obrigação das entidades públicas de prestarem contas de suas ações e resultados. Com a automação, é possível registrar e auditar todas as etapas dos processos, garantindo que todas as ações sejam documentadas e justificáveis. Esse nível de controle e visibilidade ajuda a coibir práticas irregulares e a promover um serviço público mais responsável e ético. Já a Governança se manifesta na capacidade





de coordenação e integração dos serviços, garantindo que todas as partes interessadas, desde cidadãos até diferentes órgãos governamentais atuem de maneira coesa e eficiente.

Segurança e rastreabilidade

Todos os documentos emitidos pelo gov.br possuem assinatura eletrônica do responsável pela emissão e conferência de autenticidade, que se dá via código de autenticidade e por QR code. Até mesmo os chamados “autosserviços”, serviços que o cidadão emite os documentos de forma instantânea, sem análise pelo Mapa, possuem segurança.

Sobre a experiência positiva, Hugo reforça: “Posso afirmar que a utilização da automação de serviços no Portal GOV.BR tem demonstrado ser um modelo de

eficiência, segurança e inovação no setor público. Com uma equipe de desenvolvedores altamente qualificada e um foco contínuo na evolução e expansão dos serviços, o projeto tem alcançado resultados impressionantes, a um custo baixo, beneficiando tanto a administração pública quanto os cidadãos e empresas que utilizam esses serviços. A experiência do Dipov é um exemplo claro de como a tecnologia pode transformar a prestação de serviços públicos, tornando-os mais ágeis, seguros e eficientes”.

Para conferir todos os serviços disponíveis pelo DIPOV, basta acessar o site do Departamento em [Dipov — Ministério da Agricultura e Pecuária \(www.gov.br\)](http://Dipov_Ministério da Agricultura e Pecuária) ou acessar a carta de serviços no gov.br, fazendo a busca por “vinho” ou “CSIV”. ■

Representantes do DSV participam do ABRAMILHO

No dia 8 de maio, representantes do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária (DSV/SDA) estiveram no congresso ABRAMILHO, realizado pela Associação Brasileira dos Produtores de Milho. O evento reuniu autoridades e especialistas para discutirem as perspectivas e os principais desafios da produção de milho e do sorgo no Brasil.

O diretor substituto do DSV, Henrique Bley, foi um dos debatedores na discussão sobre o “painel tecnológico: legislações e acordos nacionais e internacionais para o crescimento da produção de milho brasileiro”. Ele teve a oportunidade de citar dados técnicos e práticos, de como o Mapa tem aplicado as normas no dia a dia. Sua participação permitiu que os participantes do evento compreendessem melhor as regulamentações e os procedimentos aplicados pelo Mapa, contribuindo para



uma maior transparência e eficácia nas práticas agrícolas. Segundo Bley, a presença de profissionais da área regulatória em eventos técnicos como esse desempenha um “papel crucial ao esclarecer a aplicação das normas e promover uma maior integração entre os órgãos públicos reguladores, empresas fornecedoras de insumos e estudantes”. ■



Medidas emergenciais da SDA no contexto da catástrofe climática no Rio Grande do Sul

Diante do cenário de calamidade pública resultado das enchentes sem precedentes do estado do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) tem adotado uma série de medidas que visam auxiliar o setor produtivo e as instituições locais na da reconstrução do estado. Confira a seguir.



Apoio aos servidores do MAPA afetados pela emergência hídrica:

além de estar acompanhando a situação de todos os servidores e familiares envolvidos na calamidade pública do Rio Grande do Sul, a SDA/MAPA também está atuando diretamente, por meio do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do Rio Grande do Sul - LFDA/RS, em apoio direto à população afetada, viabilizando as dependências da unidade como rota de passagem, emprego da estrutura laboratorial, veículos e servidores que não foram afetados pelas cheias, para auxílio na distribuição de alimentos e água.



Facilitação de doações internacionais: a SDA/MAPA implementou procedimentos para priorizar e agilizar a liberação de produtos agropecuários importados destinados a doações para o estado do Rio Grande do Sul em todos os pontos de Vigilância Agropecuária do Brasi.

Certificados de trânsito de produtos de origem animal: foi autorizada a emissão de certificados sanitários de trânsito em outras unidades não afetadas pela emergência hídrica, em virtude da impossibilidade de atuação de diversas centrais de certificação no Rio Grande do Sul. Também foram colocados à disposição centrais de certificação de outras localidades para suprir as necessidades nesse momento de calamidade.





Lista de servidores voluntários para atuação na manutenção da inspeção em abatedouros:

o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA organizou lista de servidores voluntários para manutenção da inspeção nos abatedouros, com a finalidade de manter as operações e fornecimento de alimento nos estabelecimentos de abate do estado registrados no SIF.

Apoio ao setor lácteo: foi publicada a [Portaria nº 1.108/24](#) que autoriza, temporariamente, a implementação de medidas excepcionais para simplificar as regras a serem cumpridas pelos estabelecimentos produtores de leite e derivados registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF) no Rio Grande do Sul. O objetivo é fornecer suporte aos produtores afetados, por meio de medidas que possibilitem a continuidade das operações diante das adversidades enfrentadas, mitigando os impactos econômicos enfrentados pelo setor de laticínios, preservando a rastreabilidade e a inocuidade desses alimentos de origem láctea.



Autorização para processamento de matérias-primas: a SDA/Mapa concedeu autorização, em caráter excepcional, para que estabelecimentos do Sisbi-POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal) do estado do Rio Grande do Sul pudessem processar matérias-primas oriundas de outros estabelecimentos com inspeção para fabricação de produtos. A medida foi adotada para auxiliar o setor de produtos de origem animal nas perdas econômicas e assegurar a continuidade do fornecimento de alimentos à população do RS.



Priorização das análises dos processos de indenizações: no âmbito do PNCEBT, os produtores localizados nas áreas atingidas foram priorizados na análise de indenizações, assim como a prorrogação imediata dos certificados de granjas GRSC e certificação de granjas avícolas no estado do Rio Grande do Sul.





Tratamento prioritário das operações de importação de vinhos: bebidas solicitadas por estabelecimentos importadores e depósitos localizados no Rio Grande do Sul têm recebido tratamento prioritário pela Central de Análise de Bebidas do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - DIPOV. Esta medida visa acelerar a liberação das cargas e minimizar os impactos da catástrofe nas operações logísticas e comerciais.

Emissão de Guias de Livre Trânsito (GLT): devido ao desligamento do data center da Procergs, estabelecimentos necessitando emitir a Guia de Livre Trânsito (GLT) para o transporte de vinhos e derivados deverão utilizar o sistema federal disponível no portal gov.br. Este sistema emite automaticamente a GLT, necessitando apenas da vinculação prévia do CNPJ do estabelecimento com o CPF do usuário.



Extensão de Prazos e Vistorias Virtuais: o prazo para a entrega das declarações mensais de produção foi estendido para até 60 dias após a normalização do Sistema Sisdevin (Cadastro Vinícola do Estado do RS). Além disso, as demandas de novos registros de estabelecimentos de bebidas ou alterações serão gerenciadas pela equipe de análise remota em Brasília, incluindo a realização de vistorias virtuais para assegurar a continuidade dos serviços de registro.

Priorização do Registro do Cadastro Geral da Classificação do Mapa (CGC): as solicitações de registro do CGC de estabelecimentos do Rio Grande do Sul também foram priorizadas pela equipe da Central CGC, com algumas dispensas de exigências que poderão ser comprovadas futuramente pelos estabelecimentos, não restando passivo relacionado ao serviço prestado.



Extensão dos prazos relacionados à certificados de produção orgânica: com o objetivo de reduzir os prejuízos causados pelas enchentes, o CPOR/DTEC/SDA autorizou a extensão dos prazos relacionados à renovação dos certificados por parte dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC), tendo em vista a inviabilidade das visitas de verificação e inspeções prévias.



Elaboração de um Plano de Ação para a recuperação das unidades de produção orgânica: o NUSORG-RS está promovendo um levantamento dos impactos provocados à Rede de Produção Orgânica do estado, para subsidiar a elaboração de um Plano de Ação para a recuperação das unidades de produção orgânica diretamente afetadas, pela Comissão de Produção Orgânica do Rio Grande do Sul, incluindo a priorização de projetos específicos para a estruturação de redes de agroecologia e produção orgânica.



Instituição do Centro de Operações de Emergência: independente das medidas legais e procedimentais que vem sendo adotadas pela SDA, no dia 15 de maio, foi instituído ainda o Centro de Operações de Emergência para lidar com o Desastre Climático no Rio Grande do Sul (COE/SDA/Desastre Climático - RS), como um mecanismo de articulação intra e interinstitucional em resposta aos impactos produzidos na agropecuária do país por causa das chuvas no Sul, conforme Portaria SDA/MAPA nº 1.112, de 14/05/2024.

Lançamento do Programa Emergencial de Reconstrução do Agronegócio no estado do Rio Grande do Sul (PERSul): no dia 28 de maio, a Secretaria de Defesa Agropecuária participou de comitiva do Senhor Ministro do MAPA Carlos Fávaro ao Rio Grande do Sul, por ocasião do lançamento do Programa Emergencial de Reconstrução do Agronegócio no estado do Rio Grande do Sul (PERSul), bem como da instalação do Gabinete Itinerante do Mapa naquela unidade da federação. O PERSul tem como objetivo auxiliar no reestabelecimento das atividades da agropecuária no estado gaúcho.



Autorização de comércio interestadual de produtos de origem animal de estabelecimentos não integrantes do Sisbi-Poa: a Portaria nº 1114/2024 autoriza, em caráter excepcional e temporário, o comércio interestadual de produtos de origem animal de estabelecimentos não integrantes do Sisbi-Poa registrados em Serviços de Inspeção Estadual, Municipal ou vinculados a consórcios públicos de municípios, localizados no Estado do Rio Grande do Sul. ■



Em análise: conheça mais sobre a Rede LFDA



A área de Microbiologia em Alimentos e Água (MIC) nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) é essencial para garantir a segurança e qualidade dos produtos agropecuários e agroindustriais. Através de análises laboratoriais de amostras coletadas durante fiscalizações do Mapa, detectam microrganismos patogênicos, verificam a conformidade com padrões regulatórios e asseguram a qualidade dos produtos. Esses dados científicos embasam decisões regulatórias sobre a liberação, restrição ou retirada de produtos do mercado, protegendo a cadeia alimentar e os consumidores. Os LFDA utilizam mais de 34 métodos normatizados para a análise de diversas matrizes, incluindo carnes e produtos cárneos, leite e derivados, mel e produtos apícolas, ovos e seus derivados, pescado e produtos da pesca, bebidas não alcoólicas, ração animal e culturas bacterianas. Esses métodos abrangem técnicas de contagem e detecção, empregando tanto métodos convencionais quanto rápidos, como PCR, reação imunoenzimática, amplificação de DNA e bioluminescência.



Estrutura Laboratorial

- LFDA/GO
- LFDA/PA
- LFDA/RS
- LFDA/MG
- LFDA/PE
- LFDA/SP

50
colaboradores



13 Auditores Fiscal Federal Agropecuário
23 Técnicos de Laboratório
14 Auxiliares de Laboratório



43.105
ensaios realizados
13.175
amostras recebidas

Dados referentes ao ano de 2023.

05
programas
atendidos



- Programa nacional de controle de patógenos (PNCP)
- Programa de avaliação de conformidade de produtos de origem animal comestíveis - PACPOA (Nacional).
- PACPOA SISBI
- Programa de Bebidas não alcoólicas
- Programa de Vigilância e Monitoramento da Resistência aos Antimicrobianos no Âmbito da Agropecuária.



Principais demandantes

- DIPOA
- DIPOV
- DSN





O que tem na mala



Fiscalização Agropecuária de Bagagens

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional visa prevenir e mitigar a produção agropecuária e à saúde no Brasil. A Seção de Fiscalização de Viajantes (SEFVIA) coordena a fiscalização de bagagens internacionais nas Unidades Vigiagro para prevenir a introdução de pragas e doenças, salvaguardando a inocuidade, a qualidade e a identidade dos produtos agropecuários.

Essa fiscalização é de extrema relevância, pois muitos viajantes desconhecem ou não cumprem as exigências, aumentando o risco zootossanitário.

A eficiência desse processo requer decisões rápidas, equipamentos materiais e protocolos adequados e uma

ação multi-institucional nos pontos de ingresso.

A divulgação ampla de informações sobre produtos permitidos, restritos e proibidos, bem como orientações normativas e educativas, é essencial em plataformas virtuais e locais públicos.

Nesta coluna inicial, queremos mostrar os dados do ano de 2023, referentes a fiscalização de bagagens ocorrida em portos, aeroportos e fronteiras secas:

Fiscalizações



36.000	fiscalizações de bagagem de viajantes internacionais
66%	no modal aéreo
34%	no modal rodoviário
26.000	interceptações de produtos agropecuários em bagagens
9.500	fiscalizações de ingresso de animais de companhia (cães, gatos e outros)

Apreensões



34.400 kg	de produtos apreendidos e destruídos
13.550 kg	da área animal
20.850 kg	da área vegetal



Na próxima edição traremos maiores informações e casos sobre o que pode e o que não pode levar na bagagem.

Até lá, visite nosso site <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/viajantes>. ■

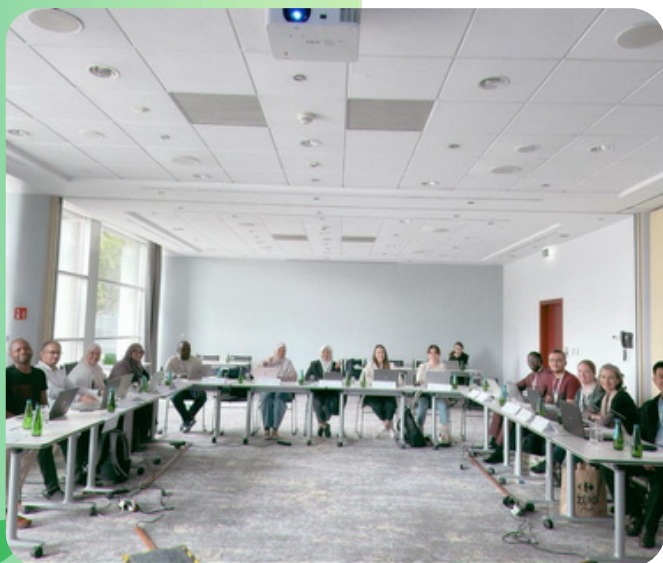


SDA no exterior



Convenção sobre Diversidade Biológica

De 10 a 20 de maio, o Auditor Fiscal Federal Agropecuário Éder Victor Braganti Toppa integrou a delegação do Brasil nas reuniões da 26ª Sessão do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico (SBSTTA-26) da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em Nairóbi, Quênia. O evento tem como objetivo principal assessorar cientificamente e tecnicamente a Convenção sobre Diversidade Biológica, promovendo a conservação e uso sustentável da biodiversidade.



Sampling & Analysis: Course 2b - Residues of Plant Protection Products

Entre os dias 11 e 25 de maio, Nilsrael Alves Pires participou do curso "Sampling & Analysis: Course 2b - Residues of Plant Protection Products" em Poznan, Polônia. Este treinamento visa desenvolver a capacidade do pessoal e da gestão de laboratórios de países em desenvolvimento na aplicação de métodos de amostragem e análise utilizados nos controles oficiais de gêneros alimentícios e alimentos para animais. Essa formação está profundamente relacionada com as atividades do Núcleo de Pesticidas do Laboratório de Resíduos e Contaminantes do LFDA/MG.



SDA no exterior



Curso de biossegurança e combate a doenças animais

Entre os dias 13 e 27 de maio, a Auditora Fiscal Federal Agropecuária Denise Russi Rodrigues participou do curso de biossegurança e combate a doenças animais transfronteiriças em Lyon, França. Promovido pela escola francesa de serviços veterinários, o curso tem grande importância para capacitação de servidores do Mapa, com o objetivo de desenvolver competências e facilitar a troca de experiências na implementação de medidas de biossegurança, prevenção e controle de doenças de interesse para a saúde animal e pública, como a influenza aviária.



Reuniões das subcomissões de assuntos técnicos quarentenários (Mercosul - SGT8)

De 26 de maio a 1 de junho, os representantes Fabrício Franco Caixeta, Engenheiro Agrônomo, e Tiago Rodrigo Lohmann, Auditor Fiscal Federal Agropecuário, participaram das reuniões das subcomissões de assuntos técnicos quarentenários (Mercosul - SGT8) em Assunção, Paraguai. O objetivo desta reunião é discutir e padronizar os requisitos fitossanitários de maçã, pêsego e batata para o comércio entre os países membros do Mercosul, sendo crucial para a segurança fitossanitária do Brasil, ao acordar quais pragas serão regulamentadas para essas culturas em cada país.

Participe da coluna SDA no exterior!

Compartilhe conosco sua viagem de trabalho ao exterior enviando um breve relato e fotos para o e-mail ccr.sda@agro.gov.br.



Fala Setorial

Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários

Fabrizio Pedrotti

Coordenador-Geral de Laboratórios Agropecuários



A CGAL está vinculada ao Departamento de Serviços Técnicos, da Secretaria de Defesa Agropecuária, onde sua estrutura abarca a Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária e os laboratórios credenciados.

A Rede LFDA é composta de seis parques laboratoriais, distribuídos em sete Unidades da Federação (GO, MG, PA, PE, RS, SC e SP).

Os parques laboratoriais da Rede LFDA apresentam unidades que atendem temáticas específicas das diferentes áreas que compõem a Defesa Agropecuária.

As estruturas apresentam diferentes tipos de níveis de biossegurança e bioproteção, para poder garantir a manipulação de agentes patogênicos de forma segura e adequada.

Objetivos da Unidade:

- gerir os riscos biológicos, biossegurança laboratorial e bioproteção laboratorial;
- atender às demandas laboratoriais em suporte às ações de fiscalização, programas e controles oficiais do Mapa;
- homologar manuais e procedimentos

aplicados à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;

- propor políticas, estratégias, objetivos e metas para a organização e funcionamento da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;
- desenvolver metodologias analíticas para atendimento das demandas da Defesa Agropecuária;
- emitir pareceres técnicos relacionados à atividade laboratorial;
- efetuar auditorias na rede de laboratórios credenciados;
- efetuar as análises de planejamento orçamentário, de investimento e aprimoramento da rede laboratorial;
- desenvolver materiais de referência e ensaios de proficiência; e
- controlar, gerir e efetuar a gestão patrimonial, de pessoal, de aquisições e demais demandas administrativas da rede laboratorial.

Momento atual

O momento atual é de ajustes, planejamento



e realinhamento de demandas. O quadro de servidores da Rede LFDA possui uma grande perda de agentes administrativos, que impacta nos processos de aquisições, contratação, controle de estoque, almoxarifado, entre outros. Buscar a recomposição de pontos para os cargos, a fim de garantir equivalência de cargos e atribuições. Como exemplo, temos a área de orçamento e finanças, que é tida como setor na Rede LFDA, enquanto que em outras estruturas do Mapa é uma divisão. A complexidade das operações orçamentárias e financeiras executadas na atividade laboratorial são superiores a diversas outras unidades do Mapa. Além disso, o quadro de engenheiros agrônomos está bem limitado, não permitindo absorver novas demandas analíticas, na velocidade que as áreas técnicas requerem. O parque tecnológico da Rede LFDA está em um momento de ampla necessidade de renovação. Estamos trabalhando para conseguir R\$ 40 milhões em investimento, para substituição de aparelhos de cromatografia acoplada à espectrometria de massas, para garantir o monitoramento de diversos programas da Defesa Agropecuária, que correm o risco de interrupção a partir de 2025, sem previsão de retorno, pois os equipamentos não possuem mais garantias ou peças de reposição por parte dos fornecedores.

Buscamos aperfeiçoar os normativos associados: à rede de laboratórios credenciados; às metodologias oficiais; às regras de recepção de amostras; à uniformização de processos e demais atividades relacionadas ao contexto laboratorial.

Estamos trabalhando para ampliar as atividades do aplicativo MAPA LABs, visando ao aperfeiçoamento tecnológico da SDA Digital.

No curso de 2024 estão sendo debatidas as estratégias para construção do escopo

estratégico da Rede LFDA, o desenvolvimento dos novos materiais de referência, ensaios de proficiência, parcerias para construção de alternativas e soluções às diversas temáticas de atuação laboratorial.

Em andamento ações para estabelecer interfaces para garantia da biossegurança e da bioproteção da Rede LFDA, visto seus aspectos de infraestrutura crítica.

Visão de futuro

Ser referência em ações laboratoriais de Defesa Agropecuária.

Desafios

- ampliar o orçamento da Rede LFDA, para conseguir manter um programa de renovação continuada do parque de equipamentos, conforme as regras de depreciação de bens;
- obter recursos para adequar a estrutura física da Rede LFDA, pois há necessidade de adequação estrutural, hidráulicas e elétricas, para comportar novos equipamentos e procedimentos laboratoriais;
- ampliar o atendimento de novas demandas laboratoriais, com foco em análises investigativas;
- desenvolver ensaios de proficiência e materiais de referência para tentar diminuir a dependência de insumos importados;
- racionalizar a rede de laboratórios credenciados, frente a Lei nº 14.515, de 2022;
- revisar as Portarias que estabeleceram os manuais e procedimentos oficiais de análise;
- unificar o sistema LIMS na Rede LFDA;
- automatizar serviços e sistemas para garantir a operacionalização dos laboratórios; e
- recomposição do quadro de servidores, para conseguir atender as demandas. ■





▶ LIVRO: CHEMICAL FOOD CONTAMINANTS ANALYSIS.

Editores: Rodrigo Hoff, Luciano Molognoni (SLAV-SC/LFDA-RS/CGAL/DTEC)

Data da publicação: 19 de março de 2024

Informações: Publicado pela Editora Springer.

ISBN: 978-1-07-163805-7, 978-1-07-163806-4 DOI: 10.1007/978-1-0716-3806-4

Link: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-1-0716-3806-4> e disponível com os autores

▶ MÉTODOS OFICIAIS PARA ANÁLISE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - MÉTODOS QUÍMICOS

Autores: Bruno Parente Lima – LFDA/PA (org.), Érico Silva Pires – LFDA/GO, Heitor Daguer – SLAV/LFDA/RS, Juliana Ferreira Ladeira – UTVDA/CQL/CGAL, Livia Cavaletti Corrêa da Silva – LFDA/SP, Luís Henrique Simões – LFDA/SP, Marcelo Farias de Andrade – LFDA/PE, Michele Fabiane de Oliveira – LFDA/MG, Ricardo Pimenta – SLAV/LFDA/RS, Tiago Souza da Cunha – LFDA/RS

Data da publicação: Junho de 2022

Link: <https://wikisda.agricultura.gov.br/pt-br/Laborat%C3%B3rios/Metodologia/POA/moapoa-qui>



▶ NEW RECORDS OF HOST PLANTS OF BACTROCERA CARAMBOLAE DREW & HANCOCK, 1994 (DIPTERA: TEPHRITIDAE) IN COOPERATIVE REPUBLIC OF GUYANA

Autores: José Victor Torres Alves Costa (DSV/MAPA), Jefferson Luiz de Aguiar Paes (DSV/MAPA), Luiz Augusto Copati Souza (DSV/MAPA), Patricia Peters, Paul Michael McWatt, Alies van Sauers-Muller, Maria do Socorro Miranda de Sousa, Ricardo Adaime

Informações: Revista EntomoBrasilis, ISSN: 1983-0572

DOI: <https://doi.org/10.12741/ebrasilis.v17.e1048>

Link: <https://www.entomobrasilis.org/index.php/ebras/article/view/e1048>





Saiu no DOU!

ATO Nº 19, DE 24 DE ABRIL DE 2024

Submete à consulta pública, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a minuta de Portaria que estabelece os critérios e requisitos para o credenciamento e monitoramento de laboratórios pelo Ministério da Agricultura e Pecuária

RETIFICAÇÕES, 06 DE MAIO DE 2024

O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins-CGAA, no uso das suas atribuições legais resolve dar publicidade ao resumo dos pós registros de agrotóxicos e afins, conforme previsto no Artigo 14, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.106, DE 2 DE MAIO DE 2024

Integra o Serviço de Inspeção Municipal de Duque de Caxias, localizado no Estado do Rio de Janeiro, ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.105, DE 2 DE MAIO DE 2024

Integra o Serviço de Inspeção Municipal de São Jorge, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

ATO Nº 21, DE 6 DE MAIO DE 2024

O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins no uso das suas atribuições legais resolve dar publicidade ao resumo dos registros de produtos técnicos e pré-misturas concedidos, conforme previsto no Artigo 14 do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.108, DE 8 DE MAIO DE 2024

Autorização temporária para adoção de medidas excepcionais por estabelecimentos produtores de leite e derivados registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF), localizados nos municípios do estado do Rio Grande do Sul, devido ao reconhecimento do Estado de Calamidade Pública.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.109, DE 9 DE MAIO DE 2024

Prorroga o prazo para o encerramento das atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SDA/MAPA Nº 1083, de 9 de abril de 2024

PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.111, DE 13 DE MAIO DE 2024

Estabelece os períodos de vazio sanitário e de calendário de semeadura de soja em nível nacional, referentes à safra 2024/2025.



PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.112, DE 14 DE MAIO DE 2024

Instala o Centro de Operações de Emergência na Secretaria de Defesa Agropecuária frente ao Desastre Climático no Rio Grande do Sul (COE - SDA - Desastre Climático/RS), como mecanismo de articulação intra e interinstitucional em resposta aos impactos produzidos na agropecuária nacional pelas chuvas intensas na região sul do país.

RESOLUÇÃO CERDA/MAPA Nº 1, DE 13 DE MAIO DE 2024

Aprova o Regimento Interno da Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 1110, 13 DE MAIO DE 2024

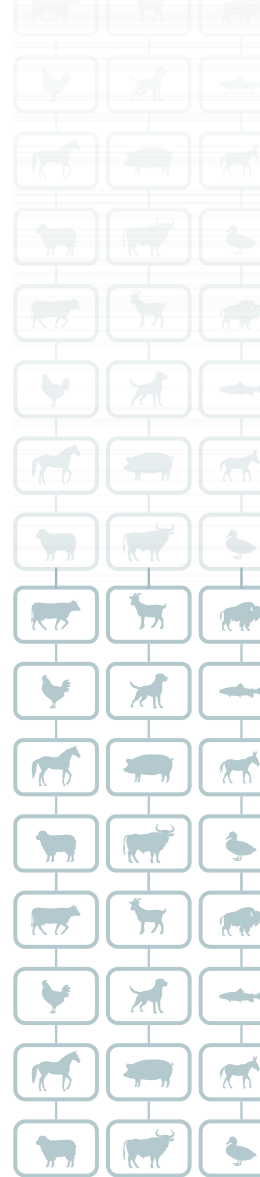
Aprova os métodos oficiais para realização de ensaios dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura e Pecuária.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.118, DE 20 DE MAIO DE 2024

Aprova as exigências para a celebração de termo de compromisso nos processos administrativos decorrentes de autos de infração que tenham resultado na imposição de sanções administrativas que promovem a interrupção das atividades econômicas, com execução suspensa por decisão da Secretaria de Defesa Agropecuária.

ATO Nº 22, DE 16 DE MAIO DE 2024

O Coordenador Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA, no uso das suas atribuições legais, resolve dar publicidade ao resumo dos pós registros de agrotóxicos e afins, conforme o previsto no Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002.



EXPEDIENTE

Ministério da Agricultura e Pecuária

Carlos Fávaro

Secretaria de Defesa Agropecuária

Carlos Goulart

Departamento de Serviços Técnicos

Graciane Goncalves Magalhaes de Castro

Coordenação de Comunicação de Risco

Filipe Calmon - Coordenador

Louise Jank - Coordenadora substituta

Tiago Silveira Fernandes - Gerente de Comunicação

Matheus Bernardes Paim Lalis - Editor de texto e imagem

Shaiane Peres - Estagiária de jornalismo

Projeto Visual

Louise Jank

Tiago Silveira Fernandes

Matheus Bernardes Paim Lalis

Revisão

Graciane Gonçalves Magalhães de Castro

Filipe Calmon

Louise Jank

Tiago Silveira Fernandes

Matheus Bernardes Paim Lalis

Shaiane Peres

Diagramação

Tiago Silveira Fernandes

Matheus Bernardes Paim Lalis

Créditos imagens

Divulgação/Mapa

Divulgação/SDA

Divulgação/LFDA

Canva

Istock

Contatos:

ccr.sda@agro.gov.br

(61) 3276-4325

(61) 3276-4324

(61) 3276-5124